

Os proprietários das hidrelétricas na Amazônia e a “nova” integração da região

Josinaldo Aleixo*

O Instituto Mais democracia, finalizou recentemente uma pesquisa cujo objetivo foi rastrear a cadeia de proprietários de usinas hidrelétricas que estão sendo construídas em rios da Amazônia e analisar a convergência entre estas usinas hidrelétricas e empresas mineradoras nas regiões onde as mesmas estão sendo instaladas. São elas Santo Antonio e Jirau (rio Madeira), Teles Pires (rio Teles Pires/Tapajós), Belo Monte (rio Xingu) e Estreito (rio Tocantins)¹.

Neste artigo, serão descritas as políticas públicas do Estado brasileiro para a região. Em artigo anterior do Mais Democracia, discorreremos mais profundamente sobre as estruturas de controle e propriedade das usinas hidrelétricas acima elencadas e seus impactos².

A lógica que preside a construção destas usinas é baseada numa visão geopolítica acerca da Amazônia persistente há décadas. Nesta, a Amazônia é representada como um espaço selvagem, onde há “muita terra sem gente para muita gente sem terra”, o qual é necessário “integrar para não entregar”, haja visto que a Amazônia não passa de um “inferno verde”. Portanto, a idéia-chave para compreender o leque de políticas públicas que incidem sobre a Amazônia, é “integração”, e todo o esforço do Estado brasileiro sobre a região é de integrá-la à nacionalidade utilizando para isto, diferentes estratégias com o objetivo de atingir este objetivo.

O imaginário brasileiro acerca da Amazônia, tema bastante discutido no meio acadêmico, foi sofrendo modificações conjunturais. Sem querer aprofundar o tema, no período colonial até o republicano, persistiu a percepção da Amazônia como região edênica, com prevalência de uma natureza inóspita e quase indomável. A República, porém, produz uma inflexão, porque no início do século XX começa a tomar forma idéias-força segundo as quais, sobre uma natureza tão onipotente, para se promover o desenvolvimento da região, seria necessário a completa submissão da “hiléia” adversária do progresso e, numa visão eminentemente positivista, só o Estado seria capaz de realizar este esforço.

Nos anos 50-60, a estratégia de integração da Amazônia ao restante do país, foi a construção de estradas. Em seu primeiro discurso diante do ministério em 02 de fevereiro de 1960, o presidente Juscelino Kubitschek colocou como uma das políticas prioritárias do governo, a construção de estradas. Segundo o presidente, “a Rodovia Transbrasiliana Belém-Brasília-Porto Alegre constituirá uma coluna dorsal que correrá do norte ao sul do país da Amazônia ao Rio Grande do Sul, estabelecendo a ligação física do país pelo interior” (Folha de S. Paulo, 02/02/1960, pág.1). É nos anos 40-50 que outra ideia-chave do desenvolvimentismo de então, com consequências para a Amazônia, toma forma, era a de que implantação de “polos de

¹ Ver em <https://www.youtube.com/watch?v=JwGqCGytXew&feature=youtu.be>

² Ver em <http://www.corecon-ri.org.br/documents/11827/13232/Quem+s%C3%A3o+os+propriet%C3%A1rios+das+hidroel%C3%A9tricas/2d523a4f-15ba-4156-83f0-08d9ae294c81>

desenvolvimento” ou dinâmicos como enclaves de modernidade econômica em zonas “subdesenvolvidas” teriam o poder de “levar” para estas regiões “atrasadas” o progresso. Nos anos Getúlio-JK assiste-se à implementação desta política de polos industriais: a CSN é construída em 1941 no Vale do Paraíba fluminense, em 1942 a Fábrica Nacional de Motores (FNM) é construída na Baixada Fluminense, em 1961 a Refinaria Duque de Caxias, é edificada na mesma região, a Volks e a Mercedes Benz se instalam em São Paulo em 1953, ou seja, a política de substituição de importações se constrói em torno da ideia de polos dinâmicos. Interessante observar que em 1942 é criada a Vale do Rio Doce e em 1962 a ELETROBRAS evidenciando o caráter estratégico dos setores mineral e elétrico para o desenvolvimento brasileiro.

Dando um salto na história, a Ditadura Militar aprofundou essa política de integração física da Amazônia, porém com uma nuance importante. Se nos anos 50-60 não havia uma estratégia clara de integração econômica além da física, a Ditadura elabora uma intencionalidade clara através da qual, a integração da região deve ser econômica fundamentalmente. Nos anos 70, ocorre uma aceleração da expansão da fronteira agrícola na Amazônia, induzida por incentivos fiscais, pelas políticas de migração maciça de população e da instalação de políticas de assentamento desta população em torno de estradas em construção. Todas estas políticas se inseriram no âmbito dos Programas de Integração Nacional (PIN, 1970) cujos objetivos eram “deslocar a fronteira econômica, e, notadamente, a fronteira agrícola, para as margens do rio Amazonas; criar as condições para a incorporação (da Amazônia) à economia de mercado (...) de amplas faixas de população antes dissolvidas na economia de subsistência (...); reorientar as emigrações de mão-de-obra do Nordeste, em direção aos vales úmidos da própria região e à nova fronteira agrícola;” Objetivamente, os instrumentos de integração teriam três projetos prioritários “ a construção da Rodovia Transamazônica e da Cuiabá- Santarém (...); o plano de colonização associado às citadas rodovias; a primeira etapa do Plano de Irrigação do Nordeste; programas de colonização de vales úmidos do Nordeste.”

O segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979), aprofunda estas políticas, prevendo o aumento da oferta de energia para os assentamentos já instalados na Amazônia, planejando intensificar a prospecção por recursos naturais; o crescimento das atividades exportadoras, em especial dos produtos carne, minérios, madeiras e celulose, a serem exportados através de “corredores de exportação”, com direção ao porto de São Luís do Maranhão e das estradas construídas ou projetadas.

Cai a Ditadura, na democracia, as políticas públicas para a Amazônia seguem na mesma direção, mas com inflexões consoante a inserção do país na divisão internacional do trabalho. Porém, persistia a representação da Amazônia como zona a ser integrada à nacionalidade pela via da exploração dos recursos naturais e da terra.

Desde a Ditadura até a redemocratização, o Estado brasileiro construiu a atual inserção da região no cenário político e econômico brasileiro: uma região exportadora de commodities agrícolas (soja, arroz, carne bovina) valorizados no mercado internacional, de energia para o sul-sudeste brasileiro.

Se no período anterior foi o Estado o ator principal do processo de integração da Amazônia ao restante do país, nos períodos FHC-Lula, ocorre uma inflexão importante. Consoante à

conjuntura internacional, o governo FHC promove um amplo processo de privatizações que atinge o setor elétrico e mineral brasileiro com o enfraquecimento da ELETROBRÁS e privatização completa da Vale do Rio Doce.

Porém, se nos períodos anteriores a integração do espaço amazônico foi orquestrada pelo Estado, num viés de intervenção estratégica, com desconfiança de agentes econômicos privados, nos anos FHC-Lula-Dilma, o Estado delegou ao grande capital agro-mínero-construtor-energético o papel de complementação da integração do espaço amazônico, num viés de submissão completa deste espaço tendo em vista sua predação.

É neste contexto que se situa o debate acerca dos “donos das hidrelétricas da Amazônia” – estes proprietários são de grandes porções de territórios e rios da Amazônia, integrando não somente espaços, mas agentes econômicos do grande capital em plena ação de extração do máximo de lucratividade sobre aqueles espaços. São estes atores a quem um Estado em aliança com estes interesses delegou a submissão da região amazônica.

Quando se fala em usinas hidrelétricas, se refere ao complexo mínero-construtor-energético, nos referimos aos interesses entrelaçados destas corporações sobre o território amazônico, observando que eles incidem de modos diferenciados de hidrelétrica a outra – em algumas observa-se a prevalência de empresas estatais e empreiteiras, em outras de transnacionais de energia etc.

É importante chamar atenção para que os/as leitores/as deste texto não operem a simplificação de uma leitura maquiavélica, como se os operadores destas megaempresas fizessem parte de algum conluio regado a whisky e charutos. O que está a se falar aqui é de convergência de interesses sobre o território, onde estas empresas projetam seus interesses na medida do avanço das políticas públicas sobre o mesmo território, num encontro de interesses do grande capital orquestrado pelo Estado que se torna financiador, fiador e articulador desse processo de desnacionalização respaldado por uma noção de desenvolvimentismo rasteira.

As obras de alvenaria pesada são gigantescas e em todos os empreendimentos hidrelétricos em construção, encontram-se empreiteiras como Camargo Correa, Odebrecht, Queiroz Galvão. Mas não se pode dizer que seus interesses sejam somente na construção pesada, ao contrário, são na operação das usinas de modo que estas corporações também se metem no negócio da energia. A Odebrecht Brasil Energia é uma subsidiária da Odebrecht fundada apenas para investimentos no setor elétrico ganhou os direitos de operar tanto Teles Pires quanto Santo Antonio.

Quando o Estado toma a decisão geopolítica de construir um complexo hidrelétrico como a do Tapajós ou uma usina hidrelétrica como de Belo Monte, o fazem sobre localidades distantes, em áreas com diferentes graus de isolamento, mas ambas próximas a estradas mal conservadas –Santarém Cuiabá Transamazônica respectivamente.

Para a realização das obras de alvenaria pesada, um exército de operários, técnicos, equipamentos e máquinas necessita ser deslocada para a região, o que faz com que toda um logística do tipo estradas primárias e secundárias além dos pequenos municípios passem por grandes transformações.

Paralelo a todo este movimento, uma parcela do território torna-se acessível a atores que enxergavam na ausência de infraestrutura um óbice para a máxima lucratividade de seu investimento. No caso das hidrelétricas, o setor mineral veio na esteira das hidrelétricas, realizando investimentos e comprando pequenas e médias empresas detentoras de direito de lavra nestas regiões.

Nos municípios de Paranaíta, Alta Floresta (MT) e Jacareacanga (PA), a localização do projeto de Teles Pires abriu os portões para o crescimento da exploração mineral da região. Em 2005, a transnacional canadense MegellanMinerals comprou, de pequenos e médios exploradores, os direitos de mineração da área; em 2012 o governo expediu a licença prévia de exploração para a Corporação Eldorado Gold, também canadense, prevendo doze anos de exploração em uma mina de ouro a céu aberto.

O resultado é flagrante: espoliação dos direitos territoriais de populações tradicionais e indígenas, grilagem de terras públicas, aumento da violência fundiária, desmatamento acelerado no chamado Arco do desmatamento. O mais cruel é que ainda restam 80% da região amazônica com sua cobertura florestal original, sinal de que este processo de integração ainda está em andamento. A se continuar este ritmo de implantação de políticas públicas antinacionais, os governos democráticos concluirão aquele que é seu grande projeto para a Amazônia: transforma-la numa grande fazenda de gado às margens do lago de uma hidrelétrica.

(*)Doutor em Sociologia e Pesquisador do Instituto Mais Democracia